

# Sumário

## DOCTRINA

### Artigos

O <i>Twitter</i> na Justiça Eleitoral – A visão do TSE e dos TREs sobre essa nova mídia social		
<b>Alexandre Pontieri</b>		9
	Introdução	9
1	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	9
2	Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)	11
2.1	Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC)	11
2.2	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES)	12
2.3	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO)	13
2.4	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG)	13
2.5	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI)	13
2.6	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)	14
2.7	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC)	14
2.8	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP)	16
	Fontes de pesquisa	18
Pregão em contratações de TI		
<b>Augusto Sherman Cavalcanti</b>		19
1	Introdução	19
2	Bens e serviços comuns	20
3	Modalidade licitatória	23
4	Serviços predominantemente intelectuais	26
5	Qualidade dos bens e serviços	29
6	Conclusão	30
A defesa da concorrência no setor das telecomunicações – Mudanças e perspectivas		
<b>Daniela Copetti Cravo, Vanessa Copetti Cravo</b>		33
	Introdução	34
1	A defesa da concorrência no setor das telecomunicações	34
1.1	O modelo institucional sob a égide da Lei nº 8.884/94	34
1.2	As vicissitudes do modelo	38
2	As modificações da defesa da concorrência no setor das telecomunicações	43
2.1	As modificações decorrentes da nova Lei Antitruste (12.529/11)	43
2.2	Projeto de Lei nº 3.337/04	48
	Considerações finais	51
	Referências	53
Da imunidade tributária do livro eletrônico		
<b>Eugênio Pacelli de Moraes Bomtempo</b>		55
1	Introdução	55
2	Da possibilidade de interpretação restritiva da imunidade inscrita na alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição	57
3	Da possibilidade de interpretação extensiva para a imunidade disposta na alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição	62

4	Da imunidade do livro eletrônico.....	69
5	Conclusão.....	76
	Referências.....	77

## Controle da publicidade de produtos derivados do tabaco

<b>Fernando Gama de Miranda Netto, Eric Baracho Dore Fernandes</b> .....	81	
1	Introdução.....	82
2	O controle da publicidade do tabaco no Brasil.....	83
2.1	Publicidade direta e publicidade indireta de produtos derivados do tabaco.....	83
2.2	Publicidade do tabaco e autonomia da vontade do consumidor.....	86
2.3	Restrição da publicidade do tabaco no Brasil.....	87
3	Constitucionalidade e proporcionalidade das restrições da publicidade do tabaco.....	87
3.1	Tutela da saúde como fim legítimo na restrição da publicidade do tabaco.....	89
3.2	Adequação da restrição da publicidade do tabaco.....	92
3.3	Necessidade do meio restritivo eleito.....	93
3.4	Ponderação entre as vantagens e desvantagens na restrição da publicidade.....	94
4	Responsabilidade civil da indústria do tabaco e a publicidade abusiva e enganosa.....	97
4.1	Licitude da atividade de comercializar produtos derivados do tabaco.....	99
4.2	Direito à informação <i>versus</i> publicidade ilícita.....	100
4.2.1	Direito à informação e livre-arbítrio.....	101
4.2.2	Defeito de informação e produto de periculosidade inerente e não defeituoso.....	103
4.3	Responsabilidade civil e o mito jurídico da falta de nexo de causalidade.....	104
4.4	Dano moral difuso decorrente da publicidade de produtos fumígenos.....	108
5	Conclusão.....	109
	Referências.....	110

## A cobertura da mídia sobre a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Araguaia – Promovendo mudança ou mantendo a negação?

<b>Nancy Cardia, Mariana Possas, Vitor Blotta, Lúcia F. Bastos, Alisson Camargo</b> .....	115
Introdução.....	116
A decisão da Corte Interamericana e sua cobertura pela imprensa brasileira: contextualização e delimitação do objeto.....	117
Os papéis da imprensa e da mídia eletrônica na cobertura de campanhas de justiça de transição.....	119
Dados quantitativos e qualitativos e análise.....	123
Análise de conteúdo: procedimentos adotados.....	125
Argumentos políticos.....	127
Argumentos legais.....	128
Reportando a sentença: argumentos pró e contradecisão, legais e políticos.....	128
Os argumentos políticos contra a decisão.....	129
Os argumentos políticos pró-decisão.....	131
Argumentos legais.....	133
Descobertas empíricas: as três principais reações à decisão da CIDH.....	136
Discussão e análise dos dados.....	137
Conclusões: efeitos pedagógicos e culturais de campanhas de justiça de transição mediadas por coberturas diversificadas e qualificadas da imprensa.....	141
Referências.....	143

## Responsabilidade dos provedores de internet e propriedade intelectual

<b>Natália Marques Abramides</b> .....	145	
1	Introdução.....	145
2	Propriedade intelectual e internet – Novos paradigmas.....	147
2.1	Arquitetura do ciberespaço.....	149
3	Direitos de propriedade intelectual passíveis de violação na internet.....	151
3.1	Direitos autorais.....	151
3.2	Marca.....	153
4	Responsabilidade pela divulgação de conteúdo na internet.....	155
4.1	Principais instrumentos normativos.....	155
4.2	Responsabilidade dos provedores de internet por infração a direitos de propriedade intelectual.....	159
4.3	Direitos autorais – Função social e direitos fundamentais.....	164
4.4	Marca – Responsabilidade por produtos falsificados em sites de leilão e comércio virtual.....	166
5	Problemas de jurisdição e legislação aplicáveis no ciberespaço.....	168
6	Conclusão.....	173
	Referências.....	175

## A responsabilidade civil extracontratual dos provedores pelos danos causados através da internet

<b>Shandor Portella Lourenço</b> .....	177	
	Introdução.....	177
1	Os provedores de internet.....	179
1.1	O provedor de acesso.....	179
1.2	O provedor de armazenamento de dados.....	180
1.3	O provedor de informação ou conteúdo.....	180
2	Obstáculos técnicos, econômicos e jurídicos ao controle dos atos praticados através do meio virtual.....	182
2.1	Obstáculos técnicos.....	183
2.2	Obstáculos econômicos.....	184
2.3	Obstáculos jurídicos.....	185
3	A responsabilidade civil do provedor no direito positivo pátrio e propostas legislativas sobre o tema.....	186
	Considerações finais.....	188
	Referências.....	190

## A eficácia das regras de informação no Novo Mercado

<b>Sônia Cássia Penha</b> .....	191	
1	Introdução.....	192
2	O caráter normativo dos princípios.....	193
3	O princípio da proteção na Lei nº 6.404/76.....	196
4	O princípio da informação.....	200
5	A governança corporativa.....	205
5.1	O Novo Mercado da BM&F BOVESPA.....	207
5.2	As regras de informação no Novo Mercado.....	208
5.3	Os casos de <i>insider trading</i> .....	210
6	Conclusão.....	217
	Referências.....	219

## **JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**

### **Acórdãos na Íntegra**

#### **Superior Tribunal de Justiça**

Serviço público – Telefonia – Tarifas de interconexão – Taxa de interconexão em chamadas de fixo para móvel (VU-M) – Antecipação de tutela – Valor de uso de rede móvel (VU-M).

Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.171.688 - DF (2009/0242534-7)..... 223

#### **Superior Tribunal de Justiça**

Bens públicos – Uso de solo, subsolo e espaço aéreo por concessionária de serviço público (implantação de dutos e cabos de telecomunicações) – Cobrança – Impossibilidade.

Recurso Especial nº 1.246.070 - SP (2009/0126518-3) ..... 239

#### **Superior Tribunal de Justiça**

Internet – Relação de consumo – Incidência do CDC – Gratuidade do serviço – Indiferença – Provedor de correio eletrônico (e-mail) – Fiscalização prévia das mensagens enviadas – Desnecessidade – Mensagem ofensiva – Dano moral – Risco inerente ao negócio – Inexistência – Ciência da existência de conteúdo ilícito – Bloqueio da conta – Dever – Identificação do usuário – Indicação do provedor de acesso utilizado – Suficiência.

Recurso Especial nº 1.300.161 - RS (2011/0190256-3) ..... 253

**ÍNDICE**..... 261

**INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES**..... 265